

# **NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O PRESCRITO E A PRÁTICA DA INCLUSÃO**

Éllen da Silva Rufino dos Reis; Maria Fernanda da Rosa de Avila;  
Lissandra Luppi Silvestri; Flávia Wagner (Dr<sup>a</sup>)

## **Resumo**

Este estudo analisou as relações entre o que está prescrito nas políticas institucionais e o que se concretiza na prática cotidiana da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, tendo como recorte o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) de uma universidade do sul de Santa Catarina. Foram examinadas as Resoluções CONSU nº 002/2022 e nº 003/2022, e uma entrevista realizada com a coordenadora do núcleo e duas com estudantes com deficiência. A análise baseou-se nas sete dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2005), permitindo identificar aproximações e lacunas entre o discurso institucional e as práticas efetivas. Os resultados apontam avanços na consolidação das políticas de acessibilidade, no fortalecimento do NAPI, no uso de tecnologias assistivas e na formação docente contínua, além de indícios de amadurecimento institucional frente aos serviços e práticas inclusivas. Contudo, persistem desafios relacionados à acessibilidade atitudinal, à implementação integral das políticas e à necessidade de integrar inclusão e tecnologias emergentes de forma ética e humanizadora. Conclui-se que o fortalecimento das políticas inclusivas requer monitoramento constante e articulação intersetorial e investimentos financeiros.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Políticas Institucionais; Pessoa com Deficiência.

## **Introdução**

O ingresso e a permanência de Pessoas com Deficiência (PcD) no ensino superior representam um dos maiores desafios da democratização educacional no Brasil. A inclusão passou de práticas assistencialistas e segregadoras para uma perspectiva de direito social, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, que assegurou a educação como direito de todos. Avanços significativos

ocorreram com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), que consolidaram o direito ao acesso, permanência e aprendizagem. No ensino superior, a Portaria nº 3.284/2003 e o Decreto nº 5.296/2004 estabeleceram diretrizes para acessibilidade física e comunicacional, levando à criação dos Núcleos de Acessibilidade por meio do Programa Incluir (2005), como espaços de apoio técnico e pedagógico. O Decreto nº 9.034/2017, em consonância com o Plano Nacional de Educação, reforça o dever das universidades em assegurar condições equitativas e sustentáveis de inclusão e permanência para estudantes com deficiência, consolidando um novo paradigma de responsabilidade institucional.

Além dos marcos legais, os critérios de avaliação institucional definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) reforçam a inclusão como eixo essencial da qualidade no ensino superior. Nos instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), são exigidos indicadores que comprovam a existência de políticas institucionais de acessibilidade, núcleos de apoio, recursos pedagógicos adaptados e formação docente continuada, consolidando a acessibilidade como parâmetro de excelência e responsabilidade social. Conceitualmente, a inclusão é entendida como um processo político, ético e pedagógico de valorização das diferenças e de garantia do pertencimento de todos (MITTLER, 2003; MANTOAN, 2006). A definição de Pessoa com Deficiência (PcD), conforme a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), (2006) e o Decreto nº 6.949/2009, abrange pessoas com impedimentos duradouros que, diante de barreiras, enfrentam restrições à participação plena na sociedade. Nesse contexto, as sete dimensões de acessibilidade preconizadas por Sassaki (2009): arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e natural, constituem um estudo abrangente que orienta políticas e práticas institucionais voltadas à eliminação de barreiras e à construção de universidades inclusivas, transformando estruturas, culturas e metodologias.

Nessa direção, sobre as barreiras de inclusão, pesquisas recentes, como as de Neves, Maciel e Oliveira (2019) e Guedes (2020), evidenciam que, embora as universidades brasileiras possuam políticas de acessibilidade e núcleos institucionais de apoio, ainda persistem barreiras atitudinais e fragilidades na gestão inclusiva, o que compromete a efetivação da inclusão. Outras investigações, como as de Botelho e Oliveira (2020) e Rosa et al. (2020), destacam a formação docente e o uso de tecnologias assistivas como eixos estratégicos para fortalecer a acessibilidade metodológica e instrumental, promovendo autonomia e equidade no processo formativo. Esses estudos reforçam a importância de um olhar articulado sobre as dimensões de acessibilidade, considerando que cada uma delas se integra em um processo dialético de transformação institucional.

Assim, o presente artigo procura aliar as políticas institucionais de inclusão da Universidade, junto aos serviços do núcleo de acessibilidade que tem por responsabilidade implementar tal política, para analisar as relações entre o que está prescrito nas políticas institucionais e o que se concretiza na prática cotidiana da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, tendo por base a atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) de uma universidade do sul de Santa Catarina.

O texto está estruturado em quatro seções: a metodologia do estudo; os resultados e discussões, e, por fim, as considerações finais, que vão na direção dos avanços, desafios e perspectivas futuras do processo de inclusão na universidade.

## **Métodos**

É um estudo de caso qualitativo, tendo como campo de estudo a Universidade do Sul de Santa Catarina. A Unisul, completou 60 anos de existência, possui cerca de 2 mil docentes e 30 mil estudantes distribuídos entre cursos presenciais e a distância. A universidade possui um núcleo de acessibilidade desde 2004, que visa promover a inclusão e o suporte aos universitários com necessidades especiais. Conta com aproximadamente 40 estudantes matriculados com deficiência com acompanhamento do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI), refletindo seu compromisso com a

diversidade e a oferta de oportunidades equitativas para todos os universitários em sua comunidade acadêmica.

Para a coleta de dados, na primeira etapa, avaliou-se os documentos institucionais (prescrito), as políticas que amparam a inclusão da pessoa com deficiência na referida universidade: a) Política do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI), instituída pela Resolução CONSU nº 002/2022; b) Política de Acessibilidade (Resolução nº 003/2022). Nesta etapa foi identificado os princípios, objetivos e diretrizes que orientam a promoção da acessibilidade e da inclusão no âmbito da instituição pesquisada.

Na segunda etapa, realizamos uma entrevista semiestruturada com a Coordenadora do NAPI e uma entrevistas semiestruturadas com duas estudantes com deficiência visual atendidas pelo NAPI. A entrevistada 1 (E1) cursa Direito na Instituição no segundo semestre, entrevistada 2 (E2) cursa Psicologia e está no terceiro semestre, ambas com o acompanhamento do NAPI desde o início da graduação. atendidas pelo Núcleo de Acessibilidade da Unisul. O instrumento foi elaborado com o objetivo de compreender a materialização na prática das sete dimensões de acessibilidade que estão prescritas na política institucional.

No terceiro momento os dados foram descritos e interpretados dentro de uma abordagem crítico-dialética. Adotou-se a técnica de triangulação, articulando duas principais fontes de evidência: (1) as normativas institucionais supracitadas; (2) a entrevista com a coordenadora do NAPI e com as estudantes PcD, analisamos à luz das sete dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2009), dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e natural. Essa triangulação permitiu identificar aproximações e distanciamentos entre o prescrito e o realizado, revelando avanços e desafios na consolidação da política institucional nas ações inclusivas da universidade.

## **Resultados e Discussões**

Para a análise dos dados, organizaram-se as dimensões da acessibilidade propostas por Sassaki (2005), relacionando o que é indicado pelo autor, o

previsto nas políticas da UNISUL e as narrativas da coordenadora do NAPI e das estudantes atendidas. O objetivo foi identificar convergências e afastamentos entre o prescrito e a prática inclusiva.

**Quadro 1 – Dimensões de Acessibilidade: fundamentos legais e conceituais**

| Dimensão       | Políticas Institucionais UNISUL                                                                                                                   | Sassaki (2009)                                                                                                                |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Atitudinal     | Prevê ações de sensibilização da comunidade acadêmica, sob responsabilidade do NAPI, reforçando o caráter pedagógico e transformador da inclusão. | Propõe a superação de barreiras comportamentais e preconceituosas, promovendo respeito, empatia e valorização das diferenças. |
| Arquitetônica  | Determina o acesso seguro e autônomo a todos os espaços, em parceria com engenharia e gestão de campus, conforme a NBR 9050/2020.                 | Visa eliminar barreiras físicas e estruturais, assegurando mobilidade e pertencimento.                                        |
| Metodológica   | Exige adequações de métodos e estratégias pedagógicas articuladas entre NAPI, cursos e NDEs, com o PIPA como instrumento de acompanhamento.       | Busca adaptar práticas de ensino, avaliação e currículo à diversidade dos estudantes.                                         |
| Comunicacional | Define a comunicação acessível como dever                                                                                                         | Elimina barreiras na transmissão da                                                                                           |

|              |                                                                                                            |                                                                                                          |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|              | institucional, com Libras, braille, legendas e tecnologias assistivas.                                     | informação, assegurando expressão e participação plena.                                                  |
| Programática | Integra a inclusão às normas administrativas e pedagógicas, com o NAPI revisando regulamentos e contratos. | Garante respaldo político e jurídico à inclusão, consolidando a acessibilidade como princípio de gestão. |
| Instrumental | Prevê fornecimento e manutenção de tecnologias assistivas e materiais adaptados, com orientação do NAPI.   | Assegura o uso de recursos que viabilizam autonomia e participação ativa.                                |
| Natural      | Prevê espaços acessíveis de convivência e lazer integrados ao bem-estar e à sustentabilidade.              | Promove conforto e qualidade de vida nos espaços de convivência universitária.                           |

*Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)*

A análise comparativa entre as políticas da UNISUL e as sete dimensões de Sassaki (2009) mostra que a universidade contempla amplamente os eixos da educação inclusiva, integrando setores acadêmicos, administrativos e tecnológicos. No entanto, compreender a efetividade dessas diretrizes exige observar a prática no NAPI e as experiências das estudantes com deficiência.

**Dimensão Atitudinal** – Considerada a mais complexa, depende de mudanças culturais e educativas. A instituição avança com iniciativas como o Código de Conduta Ética e o Canal de Conduta, que promovem respeito e empatia. As estudantes, porém, relataram episódios de capacitismo e resistência docente. Apesar de o NAPI atuar como mediador, as atitudes ainda mostram distância

entre o discurso e a prática. A literatura (Macedo, 2022; Guedes, 2020) reforça que a inclusão requer formações contínuas e compromisso ético.

**Dimensão Arquitetônica** – A gestão física é responsabilidade dos setores de engenharia e campus, cabendo ao NAPI papel consultivo. As estudantes apontam avanços como rampas e piso tátil, mas destacam falhas na sinalização em braille. Apesar do alinhamento à NBR 9050/2020, faltam planejamento intersetorial e manutenção constante, o que limita a efetividade.

**Dimensão Metodológica** – É a dimensão mais consolidada, concretizada pelo PIPA, elaborado com docentes e coordenação. As estudantes relatam acesso a materiais adaptados e apoio constante, mas também resistência pontual de professores. O PIPA reflete uma transição para práticas pedagógicas centradas no estudante, embora ainda demande formação docente contínua.

**Dimensão Comunicacional** – Persistem equívocos na compreensão da comunicação acessível, muitas vezes reduzida à simples transmissão de conteúdo. As estudantes referem apoio do NAPI e de docentes sensíveis, mas enfrentam barreiras digitais, como contraste inadequado e ausência de leitura em áudio. A literatura (Aprile, 2021) aponta que a comunicação inclusiva exige empatia e investimento tecnológico.

**Dimensão Programática** – A UNISUL apresenta estrutura normativa consistente: políticas específicas, código de ética e editais com cotas. As estudantes sentem-se amparadas, mas apontam dificuldades de acesso digital a documentos e protocolos. Há coerência entre norma e prática, embora falte monitoramento e aprimoramento da acessibilidade digital.

**Dimensão Instrumental** – O NAPI articula-se com o setor de TI na implementação de tecnologias assistivas como leitores de tela, materiais ampliados e mobiliário adaptado. As estudantes confirmam benefícios, mas mencionam falhas na audiodescrição e contraste. A sustentabilidade dessa dimensão depende de manutenção constante e formação docente voltada ao uso pedagógico da tecnologia.

**Dimensão Natural** – Apresenta avanços nos espaços de convivência e lazer, com jardins e áreas de desconpressão. Contudo, há desigualdade entre campi

e falta de planejamento intersetorial. As estudantes relacionam o ambiente físico ao desempenho acadêmico, mencionando ruídos, iluminação inadequada e escassez de tomadas. A consolidação desta dimensão exige integração entre infraestrutura, sustentabilidade e bem-estar.

De modo geral, observa-se que as políticas da UNISUL estão amplamente alinhadas ao referencial de Sassaki (2009), revelando um compromisso institucional com a inclusão. No entanto, a prática ainda apresenta lacunas, especialmente nas dimensões atitudinal, comunicacional e arquitetônica, que exigem formação continuada, planejamento e sensibilização da comunidade acadêmica. O avanço depende de transformar a acessibilidade de diretriz normativa em valor ético e cultural, consolidando uma universidade verdadeiramente inclusiva.

## **Conclusões**

A análise das políticas institucionais da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), articulada às falas da coordenadora do NAPI e das estudantes entrevistadas, evidencia confinidades e afastamentos entre o prescrito e a prática da inclusão. Constatou-se que a universidade, embora mantenha um setor de inclusão desde 2004, vem consolidando e atualizando suas políticas de forma consistente, especialmente a partir das Resoluções CONSU nº 002/2022 e nº 003/2022, que regulamentam ações em todas as dimensões de acessibilidade.

As confinidades observadas refletem um amadurecimento institucional: a existência de um conjunto normativo sólido e interligado; a efetivação de práticas pedagógicas por meio do Plano Individualizado do Processo de Aprendizagem (PIPA); o fortalecimento do diálogo docente-estudante; o uso de tecnologias assistivas; e a inserção da acessibilidade como princípio transversal de gestão. Tais elementos confirmam a coerência entre o discurso institucional e a prática em dimensões como a metodológica, comunicacional, programática e instrumental, indicando compromisso ético e pedagógico com a inclusão.



Contudo, também se evidenciam afastamentos do que está prescrito nas políticas, especialmente nas dimensões arquitetônica e atitudinal, ainda marcadas por barreiras físicas, resistências docentes, falhas de acessibilidade digital e comportamentos capacitistas sutis. Esses limites revelam que a consolidação da inclusão depende de investimentos estruturais, monitoramento contínuo e formação docente permanente, para que as políticas avancem do plano normativo à vivência cotidiana.

Assim, entre o prescrito e a prática, a UNISUL encontra-se em processo contínuo de aprimoramento, reconhecendo a acessibilidade como dimensão estratégica da qualidade educacional e da justiça social. No entanto, a consolidação de uma cultura inclusiva exige que o monitoramento e a avaliação das políticas tornem-se práticas sistemáticas, garantindo coerência entre dispositivos legais e ações concretas.

Como encaminhamentos e perspectivas futuras, recomenda-se o aprofundamento de estudos comparativos entre universidades públicas e privadas, a avaliação longitudinal dos impactos das políticas de inclusão e a análise do papel formativo dos núcleos de acessibilidade na transformação das práticas pedagógicas.

## **Referências**

APRILE, Maria Rosa de M. **Comunicação acessível e inclusão educacional: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2021.

BOTELHO, Rodrigo Dias; OLIVEIRA, Laís Soares. **Tecnologias assistivas e inclusão no ensino superior: perspectivas e práticas pedagógicas**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 33, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048 e nº 10.098, de 2000, e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

GUEDES, Gabriela. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas no ensino superior.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 25, 2020.

MACEDO, N. L. **Capacitismo e formação docente: desafios da inclusão universitária.** Revista Psicologia & Educação, São Paulo, v. 59, n. 2, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **As sete dimensões da acessibilidade: um guia para gestores e educadores.** Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, v. 12, n. 67, p. 24–30, 2009.

UNISUL. **Resolução CONSU nº 002/2022. Institui a Política do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI).** Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2022.

UNISUL. **Resolução CONSU nº 003/2022. Institui a Política de Acessibilidade da Universidade do Sul de Santa Catarina.** Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2022.

## **Fomento**

Este estudo foi desenvolvido na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), com apoio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).